

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:
A Diretoria do Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.
Barueri, 23 de março de 2016. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
ATIVO		50.228	15.220
Circulante		494	189
Disponibilidades		33.778	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	33.778	-
Aplicações em operações compromissadas		-	-
Títulos e valores mobiliários	5	-	6.650
Carteira própria		-	6.205
Vinculados a prestação de garantias		-	445
Operações de arrendamento mercantil	6	(2.349)	(2.269)
Arrendamentos a receber - Setor privado		103.644	98.662
Rendas de arrendamento a apropriar - Setor privado		(103.105)	(97.984)
(Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(2.888)	(2.947)
Outros créditos		18.305	10.650
Créditos tributários	8	398	285
Diversos	7	17.907	10.365
Não circulante		357.177	324.596
Realizável a longo prazo		82.549	103.275
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	16.885	32.740
Aplicações em operações compromissadas		16.885	32.740
Títulos e valores mobiliários	5	5.545	-
Carteira própria		4.807	-
Vinculados a prestação de garantias		738	-
Operações de arrendamento mercantil	6	(3.335)	55
Arrendamentos a receber - Setor privado		133.325	106.952
Rendas de arrendamento a apropriar - Setor privado		(132.560)	(106.797)
(Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(4.100)	(100)
Outros créditos		63.454	70.480
Créditos tributários	8	38.745	34.119
Diversos	7	24.709	36.361
Permanente		274.628	221.321
Imobilizado de uso		72	58
Instalações, móveis e equipamentos de uso		126	101
(Depreciações acumuladas)		(54)	(43)
Imobilizado de arrendamento	9	274.556	221.263
Bens arrendados		554.061	442.266
(Depreciações acumuladas)		(191.766)	(153.126)
(Insuficiência de depreciação)		(87.739)	(67.877)
Total do ativo		407.405	339.816

	Nota	2015	2014
PASSIVO		95.422	37.392
Circulante		90.142	-
Depósitos	10	90.142	-
Depósitos interfinanceiros		-	-
Outras obrigações		5.280	37.392
Sociais e estatutárias	14.e	-	28.900
Fiscais e previdenciárias	11	196	158
Diversas	12	5.084	8.334
Não circulante		23.826	21.233
Outras obrigações		23.826	21.233
Diversas	12	23.826	21.233
Patrimônio líquido	14	288.157	281.191
Capital social - Domiciliados no País		195.435	195.435
Reserva de lucros		92.747	85.756
Ajustes de avaliação patrimonial		(25)	-
Total do passivo		407.405	339.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		195.435	26.854	37.151	7.655	267.091
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	4	4
Lucro líquido		-	-	-	48.096	48.096
Destinações:						
Reservas	14.b e c	-	2.405	32.336	(34.741)	-
Juros sobre capital próprio	14.e	-	-	(20.645)	(13.355)	(34.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		195.435	29.259	48.842	7.655	281.191
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(25)	(25)
Lucro líquido		-	-	-	23.995	23.995
Destinações:						
Reservas	14.b e c	-	1.200	4.057	(6.995)	-
Juros sobre o capital próprio	14.e	-	-	-	(17.000)	(17.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		195.435	30.459	52.899	9.393	288.157
Saldos em 30 de junho de 2015		195.435	29.611	48.838	7.655	288.221
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(25)	(25)
Lucro líquido		-	-	-	16.961	16.961
Destinações:						
Reservas	14.b e c	-	848	4.057	(6.643)	-
Juros sobre o capital próprio	14.e	-	-	-	(17.000)	(17.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		195.435	30.459	52.899	9.393	288.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1 | Contexto operacional

A Citibank Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Leasing) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. A Leasing tem como objeto social exclusivo a prática das operações de arrendamento mercantil definidas na Lei nº 6.099 de 12 de setembro de 1974.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Leasing em 23 de março de 2016.

3 | Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

É apurado pelo regime contábil de competência, segundo as Portarias do Ministério da Fazenda - MF nºs. 140/84 e 113/88, considerando:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, atualizadas monetariamente; e
- Os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;
- Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos público é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB, são atualizados considerando o custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.

e) Arrendamentos a receber

Os arrendamentos a receber estão demonstrados pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas como previsto nos contratos, e deduzidos pelo montante de rendas a apropriar de arrendamentos.

As operações de arrendamento mercantil tem seus resultados apurados de acordo com o vencimento das contraprestações. Adicionalmente, o prejuízo apurado ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo remanescente de vida útil do bem objeto de arrendamento.

Para adequar os critérios acima descritos às práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a regulamentação do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o ajuste financeiro da carteira de arrendamento foi calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato, cujo montante registrado na conta de insuficiência de depreciação acumulada, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 87.739 (2014 - R\$ 67.877). O ajuste contabilizado gerou insuficiência no montante de R\$ 19.862 (2014 - R\$ 17.413) registrado em conta de resultado com operações de arrendamento mercantil.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

f) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de arrendamento em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual de provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

*Considerando exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após 180 dias contados a partir da classificação no rating H. g) Permanente

h) Imobilizado de arrendamento

O imobilizado de arrendamento está demonstrado pelo valor de aquisição. O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/84 está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, dando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação descrita na nota 3.e.

i) Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
- Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As ações cíveis são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido. As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Introduzido pela Medida Provisória (MP) nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Entidade adotou o Regime Transitório Tributário - RTT, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/2014, que converteu a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, revogando o regime tributário de transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014, entretanto, em nossa avaliação, não produziu efeito nas Demonstrações Financeiras.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%. Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, esta Entidade registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 2.158. A referida majoração de alíquota não aumentou o valor da CSLL a recolher neste exercício, pois a entidade optou por antecipar este tributo pelo balancete de suspensão e redução, sendo que a base de cálculo da CSLL de 31 de agosto de 2015 foi maior do que a base de 31 de dezembro de 2015.

A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 5 de outubro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Entidade deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

k) Benefícios a empregados

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, recepcionando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essa Resolução não trará impactos na Leasing em função de já adotarmos, pelas melhores práticas contábeis, a Instrução CVM nº 695/2012.

Os benefícios de curto prazo para os empregados atuais estão sendo reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e estão registrados de acordo com o Pronunciamento.

4 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015				2014
	Vencimento				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Operações compromissadas					
- Posição bancada	33.778	15.552	1.333	50.663	32.740
Letras do Tesouro Nacional - LTN	33.778	15.552	-	49.330	15.567
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	1.333	1.333	17.173
Total	33.778	15.552	1.333	50.663	32.740

5 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2015				2014			
	Vencimento				Vencimento			
	Custo atualizado	Valor de mercado	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Custo atualizado	Valor de mercado	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Carteira própria	4.807	4.807	-	4.807	6.205	6.205	-	6.205
Certificados de Depósitos								
Bancários - CDB	4.807	4.807	-	4.807	6.205	6.205		

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	8.481	817	(436)	8.862
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.601	395	-	1.996
Insuficiência de depreciação	12.943	4.026	-	16.969
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	2	-	(2)	-
Total	23.027	5.238	(438)	27.827

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	5.318	2.966	(1.786)	6.498
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.197	139	(38)	1.298
Base negativa da contribuição social	62	-	(62)	-
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	6	-	6
Total	6.577	3.111	(1.886)	7.802

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	5.088	492	(262)	5.318
Provisão para contingências fiscais e cíveis	961	236	-	1.197
Provisão para outros pagamentos	-	-	-	-
Base negativa da contribuição social	1.257	-	(1.195)	62
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	1	-	(1)	-
Total	7.307	728	(1.458)	6.577

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	2015				
	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos	De 25 a 30 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	204	2.478	844	848	3.081
Provisão para contingências fiscais e cíveis	-	216	216	216	1.293
Insuficiência de depreciação	-	-	2.742	2.742	16.451
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	10	-	-	-	-
Total	214	2.694	3.802	3.806	20.825

	2014				
	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos	De 25 a 30 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	89	354	620	886	6.913
Provisão para contingências fiscais e cíveis	51	339	240	299	1.067
Insuficiência de depreciação	-	-	3.394	5.091	8.484
Total	140	693	4.254	6.276	16.464

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	2015				
	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos	De 25 a 30 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	178	2.160	735	739	2.686
Provisão para contingências fiscais e cíveis	-	144	144	144	866
Base negativa da contribuição social	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	6	-	-	-	-
Total	184	2.304	879	883	3.552

	2014				
	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos	De 25 a 30 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	53	213	372	532	4.148
Provisão para contingências fiscais e cíveis	30	204	144	180	639
Base negativa da contribuição social	62	-	-	-	-
Total	145	417	516	712	4.787

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 23.341 (2014 - R\$ 22.330) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos as alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

9 | Imobilizado de uso e arrendamento

	2015		
	Custo	Depreciação	Residual
Aeronaves	22.476	(3.234)	19.242
Imóveis (1)	181.219	(99.469)	81.750
Instalações, móveis e equipamentos de uso	217.321	(47.926)	169.395
Veículos	133.045	(41.137)	91.908
Total	554.061	(191.766)	362.295

	2014		
	Custo	Depreciação	Residual
Aeronaves	22.476	(986)	21.490
Instalações, móveis e equipamentos de uso	211.484	(45.191)	166.293
Veículos (1)	208.306	(106.949)	101.357
Total	442.266	(153.126)	289.140

(1) Para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido foi classificado em Imobilizado de Arrendamento Mercantil.

O seguimento do imobilizado de arrendamento é de responsabilidade do arrendatário, conforme estabelecido em cláusula contratual.

10 | Depósitos

	2015		2014	
	Até 1 ano	Total	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros	90.142	90.142	-	-
Total	90.142	90.142	-	-

11 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e contribuições a recolher	196	-	158	-
Total	196	-	158	-

12 | Outras obrigações - Diversas

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 13)	217	7.549	203	7.780
Provisão para pagamentos a efetuar	78	-	28	-
Credores por antecipação de valor residual	4.715	16.277	5.495	13.453
Credores diversos (1)	74	-	2.608	-
Total	5.084	23.826	8.334	21.233

13 | Passivos contingentes e obrigações legais

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para outros passivos contingentes - Cíveis	217	7.549	203	7.780
Total	217	7.549	203	7.780

Contingências classificadas com riscos de perda possível: Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 39.551 (2014 - R\$ 64.904) e cíveis no montante de R\$ 2.532 (2014 - R\$ 144.802), compostos basicamente pelos seguintes casos:

- ISS em operações de Leasing - R\$ 31.901 (2014 - R\$ 57.976)** - Trata-se de Autos de Infração lavrados para constituir créditos tributários de ISS sobre operações de arrendamento mercantil. Após posicionamento favorável do superior Tribunal de Justiça, aguarda-se análise de recursos de municípios.
- Ações indenizatórias - R\$ 2.532 (2014 - R\$ 91.388)** - Questionamento de negativação junto ao órgão de proteção ao crédito. A redução significativa do saldo de provisão refere-se a alteração da classificação de risco possível para provável em razão de entendimentos jurisprudenciais.
- Ações revisionais - (2014 - R\$ 53.414)** - Questionamento de cláusulas estabelecidas em contrato. No 2º semestre de 2015 o valor da provisão foi zerado devido a classificação de risco possível para provável e pela análise e os cálculos realizados pelo contador que apuraram saldo favorável ao Citi.

b) Movimentação das contingências

	2015				
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização	Saldo em 31/12/2015
Cíveis	7.983	2.578	(3.039)	(1.212)	7.766
Total	7.983	2.578	(3.039)	(1.212)	7.766

	2014				
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Reversão	Utilização	Saldo em 31/12/2014
Cíveis	6.404	1.574	(272)	(755)	7.983
Total	6.404	1.574	(272)	(755)	7.983

14 | Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social da entidade é representado por 7.521.813 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No exercício foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.200 (2014 - R\$ 2.405).

c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 20% do capital social da Leasing e; (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Leasing, estando limitada a 80% do seu capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 4.057, sendo R\$ 2.898 (2014 - R\$ 25.869) para equalização de dividendos e R\$ 1.159 (2014 - R\$ 6.467) para reforço de capital de giro.

d) Reservas especiais de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi constituída reservas especiais de lucros no montante de R\$ 1.738.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 22 de dezembro de 2015 foram pagos ao Banco Citibank S.A., juros a título de remuneração ao capital próprio no montante de R\$ 17.000 do lucro líquido do exercício. Em 2014 foram pagos R\$42.000, sendo, R\$9.004 utilizando-se o saldo de Lucros Acumulados e R\$32.996 de reservas especiais de lucros, deliberados em (AGE). Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e Extraordinária (AGE) realizada em 18 de dezembro de 2014 foi deliberado a título de remuneração ao capital próprio o montante de R\$ 34.000 (líquido de imposto R\$ 28.900).

15 | Operações de arrendamento mercantil

	2º Semestre 2015		Exercícios 2015	
	2015	2014	2015	2014
Receita de arrendamento mercantil	66.299	127.338	101.449	-
Lucro na venda de bens arrendados	574	2.265	7.274	-
Despesa de amortização e depreciação	(41.913)	(79.020)	(68.450)	-
Despesas de insuficiência	(8.176)	(19.862)	(17.413)	-
Despesas de arrendamento	(860)	(1.512)	(152)	-
Total	15.924	29.209	22.708	-

16 | Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2015		Exercícios 2015	
	2015	2014	2015	2014
Despesas de aluguel	(41)	(81)	(75)	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	(7)	(13)	(12)	-
Despesas de propaganda e publicidade	(19)	(93)	(96)	-
Despesas de serviços do sistema financeiro	(9)	(18)	(33)	-
Despesas de serviços de terceiros	(73)	(87)	(43)	-
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.211)	(3.057)	(1.181)	-
Despesas de amortização e depreciação	(5)	(11)	(11)	-
Despesas de água, energia e gás	(2)	(3)	(2)	-
Despesas de contribuição sindical, conselhos e associações	-	(80)	(111)	-
Outras	(204)	(256)	(294)	-
Total	(2.571)	(3.699)	(1.858)	-

17 | Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre 2015		Exercícios 2015	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Reversão de provisão para contingências	1.978	3.039	272	-
Receitas de atualizações de depósitos judiciais	1.025	1.753	1.793	-
Juros Selic sobre impostos a compensar	-	-	474	-
Atualização e recuperação de impostos (1)	1.578	1.691	34.734	-
Recuperação de despesa de IPVA	-	-	-	-
Devolução de PIS/COFINS	-	-	-	-
Outras	3	3	-	-
Total	4.584	6.486	37.273	-

	2º Semestre 2015		Exercícios 2015	
	2015	2014	2015	2014
Despesas				
Despesas com contingências	(1.608)	(2.578)	(1.574)	-
Despesas com atualização monetária para contingência	(668)	(1.456)	(1.032)	-
Despesas com ações cíveis legal	-	-	-	-
IPVA de bens arrendados	-	-	-	-
Outras	(114)	(198)	(394)	-
Total	(2.390)	(4.232)	(3.000)	-

(1) O saldo do exercício de 2014, refere-se a restituição do adicional do imposto de renda estadual do Rio de Janeiro de R\$ 375 e imposto sobre lucro líquido de R\$ 34.359, pagos entre os anos de 1989 a 1990 e 1990 a 1992, respectivamente, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

18 | Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda

	2º Semestre 2015		Exercícios 2015	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	13.331	25.072	57.487	-
(-) Participação estatutária no lucro	(11)	(51)	(36)	-
(-) Despesa de JCP	(17.000)	(17.000)	(34.000)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(3.680)	8.021	23.451	-
Diferenças temporárias	207	14.015	19.209	-
Superveniência/insuficiência de depreciação	8.176	19.863	16.106	-
Provisão para devedores duvidosos	(8.008)	(5.630)	1.537	-
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	40	(217)	1.579	-
Provisão para bônus, gratificações e PLR	-	-	(13)	-
Provisão para outros pagamentos	(1)	(1)	-	-
Diferenças permanentes	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(3.473)	22.036	42.660	-
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	3	-	-	-
Base de cálculo do imposto de renda</				